Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica.

A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 31 de dezembro de 2019 a Vila Velha possuía 19,99% do capital total da Unipar (19,11% em 31 de dezembro de 2018) e 57,62% de suas ações ordinárias (57,30% em 31 de dezembro de 2018).

Aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C.

Em 27 de dezembro de 2016 a Unipar se tornou proprietária de 292.459.492 ações representativas de 70,59% do capital social votante e total da Solvay Indupa S.A.I.C., atualmente Unipar Indupa S.A.I.C ("Indupa Argentina"), empresa argentina produtora de PVC e soda.

Conforme estabelecido na legislação argentina, em 24 de fevereiro de 2017 a Unipar concluiu a aquisição adicional de 71.163.251 ações ordinárias representativas de 17,17% do capital da Solvay Indupa S.A.I.C.

Em continuidade ao processo de aquisição em etapas, a Unipar lançou uma segunda oferta pública para aquisição de até a totalidade das demais ações representativas, em circulação, do capital da Unipar Indupa S.A.I.C com finalidade de cancelamento do registro de companhia aberta ("OPA"). A operação foi aprovada pela *Comission Nacional de Valores* ("CNV"), iniciada em 14 de agosto de 2019 e finalizada em 30 de dezembro de 2019. Com adesão à oferta e aquisições spots no mercado resultou numa aquisição total de 44.200.801 ações ordinárias representativas de 10,68% do capital. O valor pago aos acionistas, decorrentes da OPA, foi efetuado em 29 de novembro de 2019, ao preço de AR\$ 25,01 (pesos argentinos) por ação. Os efeitos desta participação adicional estão apresentados na nota explicativa n°11.

Com o resultado das etapas de aquisição a Companhia passar a deter um total de 407.823.544 ações do total de 414.283.186, o que representa um percentual de participação de 98,44% (87,76% em 31 de dezembro de 2018) do capital votante da Indupa Argentina.

Em sua operação, a Indupa Argentina possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda. A empresa também é detentora de 58% do capital social total da Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Indupa Argentina também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Indupa Brasil"), proprietária de uma planta localizada na cidade de Santo André – SP, com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira da Companhia são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo. Os ganhos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação das transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

2.3.2. Conversão das demonstrações financeiras da Indupa Argentina

As demonstrações financeiras da Indupa Argentina, incluídas na consolidação foram elaboradas em pesos argentinos, que é sua moeda funcional e foram convertidas para reais conforme a seguir:

- Os saldos ativos e passivos foram convertidos à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018;
- As contas de resultado foram convertidas pela taxa final para os exercícios apresentados;

2.4. Taxas de câmbio

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Taxa final	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018		
Peso argentino	0,07	0,10		

2.5. Consolidação e aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

As demonstrações financeiras individuais da Unipar estão identificadas como "Controladora" e as informações financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado".

Nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram considerados os resultados das controladas Indupa Brasil e Indupa Argentina.

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem realizadas em uma economia altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com a IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias hiperinflacionária

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia hiperinflacionária para a controlada na Argentina da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária foi aplicada a partir de 1° de janeiro de 2018.
- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico da controlada na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados no patrimônio líquido e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1 de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro nota 27. Os índices para correção monetária utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor) de 01 de janeiro de 2017 em diante e IPIM (índice interno de preços ao atacado) até 31 de dezembro de 2016.
- a Companhia aplicou o CPC 42 (IAS 29) "Contabilidade em economia hiperinflacionária" como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária em suas demonstrações financeiras.

Os impactos nos ativos líquidos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados conforme a seguir:

	2019
Estoques	5.423
Investimentos	3.803
Intangível	306
Imobilizado	44.284
Ativo não circulante	53.816
Total do ativo	53.816
Passivo e Patrimônio Líquido	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.219
Passivo não circulante	8.219
Total do Passivo	8.219
Patrimônio líquido	
Outros resultados abrangentes	39.767
Lucros acumulados	5.830
Patrimônio Líquido de controladores	40.015
Participação de não controladores	5.582
Total do Patrimônio líquido	45.597
Total do passivo e patrimônio líquido	53.816

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a aplicação do CPC 42 (IAS 29) – "Contabilidade em economia hiperinflacionária" resultou em um efeito positivo de R\$ 45.579 no resultado financeiro, e um impacto positivo no lucro líquido de R\$ 5.830.

2.6. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de março de 2020.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.2.1. Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados da seguinte forma:

a) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras – receita de equivalentes de caixa e Títulos e Valores mobiliários" (nota explicativa nº 27).

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo conforme descrito na nota explicativa nº 2.2 .

A Companhia não designou instrumentos da dívida ao valor justo por meio do resultado.

Note-se que a Companhia também não possui ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

3.2.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("Impairment").

Uma provisão para "Impairment" é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nesses fluxos de caixa deve ser estimado de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "*Impairment*" incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por "Impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa, excluem-se os prejuízos de crédito futuro ainda não incorridos e é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros. No caso de empréstimos e recebíveis, a provisão para "Impairment", também chamada de provisão para créditos de liquidação duvidosa, é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de arrecadar todos os valores devidos na transação.

Se, em um período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por "*Impairment*", a reversão dessa perda registrada anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado.

Além da prática citada acima a Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre valores a receber de clientes. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro.

A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos dos devedores. Historicamente, a perda de crédito da Companhia mostra-se irrelevante, havendo perdas para clientes que eventualmente decretem falência ou recuperação judicial. Para esses casos pontuais, a Companhia reconhece PCE de 100% do saldo em aberto e cessa vendas de produtos.

3.2.3. Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse".

3.2.4. Passivos Financeiros

Os instrumentos da dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado consideram o método da taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

- for um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo.
- o passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:
- essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou
- o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
- o passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados ao valor justo por meio de resultado.

3.2.5. Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, substituída, cancelada, alterada ou expirar.

3.3. Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda, utilização na operação ou por ajuste a valores de mercado.

3.4. Tributos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

3.5. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais feitos para garantir disputas nas quais a Companhia encontra-se no polo passivo e cuja probabilidade de perda da causa é provável encontram-se apresentados no grupo de provisões para demandas judiciais, como contas redutoras dos passivos constituídos. Os demais depósitos encontram-se classificados no ativo da Companhia.

3.6. Ativos intangíveis de vida útil definida

Os principais ativos classificados nesta categoria referem-se aos softwares e representam os gastos diretamente associados ao seu desenvolvimento e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear durante a vida útil do ativo. Os custos de aquisição/construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições necessárias para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos.

As Taxas de depreciação de cada grupo de itens do ativo imobilizado são demonstradas na nota explicativa nº 12.

3.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (*Impairment*) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de *Impairment* é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *Impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *Impairment* não é mais necessária, essa provisão pode ser revertida.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar esta obrigação. Além dos pré-requisitos já citados, uma provisão deve ser constituída somente quando uma estimativa confiável do valor da saída de recursos puder ser preparada.

As provisões são registradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando taxa de desconto antes dos efeitos de impostos sobre a renda, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões para reestruturação são reconhecidas quando a Companhia traça um plano formal detalhado para a reestruturação e cria naqueles afetados pelo plano uma expectativa válida de que a reestruturação será iniciada com a implementação do plano ou o anúncio dos seus principais aspectos. A mensuração da provisão para reestruturação inclui apenas os gastos diretos resultantes da reestruturação, que são aqueles valores necessariamente resultantes da reestruturação e não associados às atividades em andamento da entidade.

3.10. Benefícios aos empregados

3.10.1. Benefícios de curto prazo a empregados

3.10.1.1. Participação nos lucros

A Companhia provisiona o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e os resultados atingidos pela Companhia.

3.10.2. Benefícios pós emprego

3.10.2.1. Benefícios na modalidade de contribuição definida

A Companhia possui plano de pensão na modalidade de contribuição definida segundo o qual faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar eventuais benefícios futuros esperados pelos empregados. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

3.10.2.2. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui planos com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil utilizada para os planos de pensão de benefício definido. As obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes".

3.10.3. Benefícios de longo prazo

3.10.3.1. Gratificação por Tempo de Serviço

A Companhia possui plano de gratificação por tempo de casa com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes".

3.10.4. Benefícios rescisórios

3.10.4.1. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui plano com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes".

3.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido, quando também são reconhecidos nestas rubricas.

3.11.1. Saldos correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes são registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

3.11.2. Saldos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (i) os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados e (ii) as diferenças

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e determinados de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelos órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados no balanço de forma líquida nas demonstrações financeiras.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida (ou a receber) pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

São reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Companhia entende que cumpriu as obrigações com seus clientes, sendo provável que os benefícios econômicos serão recebidos e os riscos e os benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

3.13. Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis, há expectativa de saídas de recursos para saná-los e o custo pode ser razoavelmente estimado, através de discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

3.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data de sua aprovação, em Assembleia Geral de Acionistas, ou na data de seu pagamento, se for anterior.

3.15. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O valor contábil desses investimentos inclui o desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial, ágio e deságio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas e a participação de não controladores é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle foi obtido.

Quando necessário, as demonstrações financeiras de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações e saldos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

3.16. Adoção de Novas Normas e Alterações no Transcorrer do Exercício de 2019

 a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

No ano de 2019 não foi emitido nenhum novo Pronunciamento Técnico, mas passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos – A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em:

- a) Reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;
- b) Reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e
- Reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

A Administração avaliou e concluiu que não possui contratos de arrendamento mercantil de valor relevante que provoque variação significativa do seu capital circulante líquido na adoção do CPC 06 / IFRS 16 "Arrendamento". A Companhia optou por não modificar os critérios de contabilização e monitora todos os seus contratos de longo prazo para verificação de possíveis arrendamentos mercantis e respectivos impactos.

Além do pronunciamento acima, houve a publicação da Interpretação ICPC 22/ IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro. Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre a Renda quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A adoção da Interpretação não provocou impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações durante o exercício de 2019

CPC 48 - Recurso de pagamento antecipado com compensação negativa. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de resultado se os pagamentos de principal e os instrumentos forem mantidos no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foi adotado antecipadamente:

Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguro, substituirá a norma atualmente vigente CPC 11 / IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 – Contratos de seguro é assegurar que uma entidade forneca informações relevantes, que representem de forma fidedigna a essência

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

destes contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente. Este pronunciamento é aplicável aos períodos de relatório anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2021.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3.17. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando da apuração dos resultados reais estão apresentadas a sequir:

a) Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, os resultados de julgamentos em tribunais superiores podem criar jurisprudências que difiram do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade das próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Mudanças nas condições de mercado, a descoberta de outras técnicas de avaliação ou até mesmo o surgimento de instrumentos similares cotados em mercados ativos podem alterar as estimativas atualmente calculadas pela Companhia.

c) Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/ desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

d) Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia, na medida em que impacta o valor dos custos de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada, níveis de manutenção, desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

e) Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

f) Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *Impairment* são os ativos imobilizado e intangível.

g) Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, indicando o reconhecimento adicional de ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos Certificado de Depósitos Bancários	1.155	173	2.044	3.347
(CDBs)	285.839	162.606	299.481	198.195
	286.994	162.779	301.525	201.542

Os Certificados de Depósito Bancário - CDBs possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estão sujeitos a um risco insignificante de mudança em seu valor e têm possibilidade de resgate a qualquer momento.

5. Aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Cotas de Fundos de Investimentos Certificado de Depósitos Bancários -	77.949	441.018	127.301	599.293
CDBs / Letras Financeiras – LF	51.632	42.604	85.857	58.646
Outras Aplicações	-	2.000	-	2.000
=	129.581	485.622	213.158	659.939
Circulante	129.581	485.622	213.158	659.939

Os fundos de investimentos possuem em suas carteiras, substancialmente, títulos públicos e privados com remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, possibilidade de resgate a qualquer momento e os ativos dos fundos são classificados preponderantemente como baixo risco de crédito.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6. Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado	
_	2019	2018	2019	2018	
Nacionais	108.293	107.970	415.848	566.214	
Exterior	928	-	30.494	65.335	
Partes relacionadas (Nota 10) Provisão para créditos de liquidação	32.432	10.383	-	-	
duvidosa	(10.957)	(13.084)	(64.520)	(182.228)	
_	130.696	105.269	381.822	449.321	
Circulante	130.696	105.269	381.822	449.321	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Controladora			Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	
Títulos a vencer	128.095	103.416	358.242	429.222	
Títulos vencidos:					
Até 90 dias	2.158	1.539	16.724	28.799	
De 91 a 180 dias	10	322	2.288	30.226	
A partir de 180 dias	11.390	13.076	69.088	143.302	
	141.653	118.353	446.342	631.549	
Provisão para créditos de liquidação					
duvidosa	(10.957)	(13.084)	(64.520)	(182.228)	
Total da carteira de clientes	130.696	105.269	381.822	449.321	

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") para contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora			Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	
Saldo inicial	13.084	13.115	182.228	135.911	
Adições	136	275	3.168	48.258	
Reversões	(2.263)	(306)	(2.271)	(373)	
Baixa	•	` -	(102.705)	` -	
Ajustes de conversão	-	-	(15.900)	(1.568)	
Saldo Final	10.957	13.084	64.520	182.228	

Historicamente o percentual de perda de crédito esperada da Companhia e suas controladas, para os títulos vencidos até 90 dias aproxima-se de zero. Para os títulos vencidos acima de 90 dias não renegociados e ou clientes que eventualmente decretem falência ou entram em recuperação judicial, a Companhia reconhece PCE de 100% do saldo em aberto. A parcela mais significativa de PCLD é composta de casos excepcionais de poucos clientes que decretaram falência ou entraram em recuperação judicial.

No último trimestre do exercício de 2019 foi declarada a falência de um dos clientes da controlada Indupa Brasil, que estavam em recuperação judicial ocasionando uma baixa relevante no saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

7. Impostos a recuperar

		Controladora	Consolid		
	2019	2018	2019	2018	
IRRF/ IRPJ e CSLL a recuperar	14.111	8.624	24.070	37.956	
ICMS .	6.760	6.492	19.145	16.695	
PIS e COFINS	-	-	99	1.076	
INSS a compensar	1.208	1.208	1.208	1.208	
IVA e outros créditos fiscais - Argentina	-	-	11.388	16.960	
Restituições a exportações - Argentina	-	-	1.210	3.750	
Outros	996	1.633	3.056	3.404	
	23.075	17.957	60.176	81.049	
Circulante	19.005	14.031	48.858	65.201	
Não circulante	4.070	3.926	11.318	15.848	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

IRRF/ IRPJ/CSLL: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre operações financeiras e antecipação/ saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, realizáveis com imposto de renda e contribuição a pagar sobre os lucros ou compensáveis com outros tributos federais no caso dos saldos negativos.

ICMS: Referem-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante.

INSS a compensar: Refere-se a pagamentos realizados para liquidação do parcelamento de débitos previdenciários conforme adesão da reabertura do REFIS, artigo 17 da Lei nº 12.865/2013, porém devido ao indeferimento da consolidação do parcelamento, solicitamos a restituição dos valores pagos.

PIS e COFINS: Referem-se basicamente a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado e insumos, os quais estão reconhecidos no ativo circulante.

Restituições a exportações: Refere-se à restituição de impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada pela controlada Indupa Argentina para a fabricação do produto exportado.

8. Estoques

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Matérias-primas	11.354	14.622	38.947	39.548
Produtos em processo	3.116	3.554	24.698	28.506
Produtos acabados	13.039	9.082	94.063	86.627
Provisão para desvalorização	-	-	(3.471)	-
Materiais auxiliares e embalagens	2.959	3.535	24.317	20.912
Materiais de manutenção e reparos	27.870	26.158	83.960	66.847
	58.338	56.951	262.514	242.440
Circulante	37.935	36.999	209.591	198.621
Não circulante	20.403	19.952	52.923	43.819

Os materiais de manutenção e reposição são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

9. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolida		
	2019	2018	2019	2018	
Tributários	46.210	40.277	46.210	40.341	
Cíveis	-	-	41	41	
Trabalhistas	1.054	1.054	1.054	1.054	
	47.264	41.331	47.305	41.436	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Movimentação dos depósitos judiciais:

Controladora Tributários Trabalhistas		2017 42.111 1.053 43.164	Baixas (1.689) (1.589) (3.278)	Transferências para depósitos com demandas judiciais (88) 897	Atualização monetária (57) 693 636	40.2)54_
Controladora Tributários Trabalhistas			Baixas (1.099) - (1.099)	Transferências líquidas com demandas judiciais 6.521	Atualização monetária 511 - 511	46.2)54_
Consolidado Tributários Trabalhistas Cíveis	2017 42.111 1.053	Adições - - - 41	Baixas (1.689) (1.589)	Transferências para depósitos com demandas judiciais (88) 897	Outras transferências 64 - -	Atualização monetária (57) 693	2018 40.341 1.054 41
Consolidado Tributários Trabalhistas Cíveis	43.164	2018 40.341 1.054 41 41,436	(3.278) Baixas (1.099) - (1.099)	Transferências líquidas com demandas judiciais 6.457	Atualização monetária 511 511	2019 46.210 1.054 41 47.305	41.436

Na Controladora o montante dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é composto, substancialmente, pelos seguintes processos:

a) PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal

R\$ 26.045 (R\$ 26.045 em 31 de dezembro de 2018) para garantir disputa de causa de natureza passiva com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota.

b) Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")

R\$ 13.330 (R\$ 13.330 em 31 de dezembro de 2018) de cinco causas de sua ex-controlada Goyana onde a Companhia é colocada no polo passivo e solicita sua exclusão.

c) Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

R\$ 6.341 (R\$ 6.341 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a correção monetária das parcelas do IRPJ, Imposto de Renda sobre o Lucro Distribuído e Contribuição social sobre Lucro Líquido, todos apurados no exercício de 1990. Houve trânsito em julgado favorável a Companhia e o saldo do depósito judicial foi reclassificado do quadro de "Demandas Judiciais" (vide Nota Explicativa 17).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

10. Partes Relacionadas

	2018						2018
			Saldos				Transações
			Passivo Circulante				
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Fornecedores	Vendas	Compras	Gastos compartilhados	Outras Despesas
Na Controladora Controlada direta - Indupa Argentina Controlada indireta - Indupa Brasil	10.382	7.430	(1.238) (29)	- 19.934	(1.417) -	7.431 8.959	-
No Consolidado Controlada em conjunto - Solalban	-	1.357	(35.803)	13.130	(141.233)	-	13.130

					2019	2019					
					Saldos					Transações	
	Ativo Cir	Ativo Circulante		Passivo Circ	Passivo Circulante						
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Créditos com Empresas ligadas	Fornecedores	Outros Passivos	Vendas	Compras	Gastos compartilhados	Outras Despesas	Receita Financeira	
Na Controladora Controlada direta - Indupa Argentina Controlada indireta - Indupa	13.967	-	161.226	(209)	(2.247)	-	(8.894)	6.536	-	53.467	
Brasil	18.465	-	-	(29)	-	20.575	-	8.165	-	-	
No Consolidado Controlada em conjunto - Solalban	-	2.423	-	(17.142)	_	12.252	(109.645)	-	12.252	-	

A venda de produtos a partes relacionadas é feita de acordo com a lista de preços normalmente usada pelo Grupo Unipar. As aquisições são feitas pelo preço de mercado descontado para refletir a quantidade de produtos adquiridos e o relacionamento entre as partes.

Os valores em aberto não são segurados e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma provisão para devedores duvidosos foi reconhecida com relação aos valores devidos pelas partes relacionadas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Créditos com empresas ligadas referem-se a conversão do aporte de capital em mútuo originalmente no valor de US\$ 46 milhões, amortizado parcialmente e demais pagamentos vinculados a dívida com a Solvay Vinyls reconhecida no balanço patrimonial na rubrica débito com terceiros e detalhado conforme nota explicativa 19.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

		Controladora
	2019	2018
Salários e benefícios de curto prazo	23.117	21.625

A Companhia incorre em determinadas despesas coorporativas, principalmente com remuneração de alguns colaboradores, que são rateadas entre a Controladora Unipar Carbocloro S.A. e suas controladas direta e indireta.

A Companhia possui contratos para a prestação de serviços de consultoria econômica e assessoramento financeiro com a Essentia Partners Assessoria Ltda. ("Essentia Partners"). Um dos integrantes do conselho da administração da Companhia, faz parte do quadro societário da Essentia Partners, e os valores das transações no exercício de 2019 totalizam R\$ 6.810 e o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 15.

11. Investimentos

		Controladora	Consolida		
	2019	2018	2019	2018	
Investimento em controladas e coligada	320.222	412.499	13.325	12.594	
Mais valia de ativos	187.813	215.757	-	-	
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	131.706	77.403	-	-	
	639.741	705.659	13.325	12.594	

Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2019:

Investidas		Patrimônio			
	Participação	% Participação	(Prejuízo)	Capital social	Líquido
Em controladas					
Indupa Argentina	Direta	98,44	(33.135)	85.135	459.091
Indupa Brasil	Indireta	98,44	40.682	293.091	343.252
Solalban	Em conjunto	57,10	(11.219)	27.217	15.998

Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2018:

			Lucro líquido		Patrimônio
Investidas	Participação	% Participação	(Prejuízo)	Capital social	Líquido
Em controladas					
Indupa Argentina	Direta	87,76	213.963	85.135	558.228
Indupa Brasil	Indireta	87,76	172.746	277.832	301.275
Solalban	Em conjunto	50,90	1.847	35.808	21.712

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

(cm minares de reals)									
		A 5 44			a patrimonial No				
Controladora	2017	Ajustes de conversão	Adição	No resultado	patrimônio Líguido	Amortização	Recebimento	2018	
Investimento em controladas e coligada Mais valia de ativos e passivos e	286.919	-	-	187.773	(62.193)	-	-	412.499	
ativos indenizáveis Efeito da aplicação do IAS 29	300.355	(40.177)	48.935	-	-	(44.421)	(48.935)	215.757	
(hiperinflação)	-	-	-	(4.253)	81.656	-	-	77.403	
Total	587.274	(40.177)	48.935 (1)	183.520	19.463	(44.421)	(48.935)	(1) 705.659	
				Equivalência	patrimonial No		Conversão		
Controladora	2018	Ajustes de conversão	Adição	No resultado	patrimônio Líquido	Amortização	de AFAC em Mútuo	Recebimento	2019
Investimento em controladas e coligada Mais valia de ativos e passivos e	412.499	-	16.363	(38.357)	57.805	-	(128.088)	-	320.222
ativos indenizáveis Efeito da aplicação do IAS 29	215.757	(14.419)	32.431	-	-	(39.781)	-	(6.175)	187.813
(hiperinflação)	77.403	39.145	9.420	5.738			<u> </u>		131.706
Total	705.659	24.726	58.214	(32.619)	57.805	(39.781)	(128.088) (3)	(6.175) (2)	639.741
			Equivalência patrimonial	_					
Consolidado	2017	Ajustes de conversão	No resultado	Dividendo recebido		2018			
Investimento em controladas e	21.817	(8.879)	1.026			12.679			
coligada Efeito da aplicação do IAS 29	21.017	(8.879)		•	5)				
(hiperinflação) Total	21.817	(8.879)	(85) 941		<u>-</u>	(85) 12.594			
Total	21.017	(0.079)	341	(1.20	<u> </u>	12.594			
			Equivalência	a					
			patrimonia	<u>l</u>					
Consolidado	2018	Ajustes de conversão	No resultado		2019				
Investimento em controladas e coligada	12.679	(4.397)	1.325		.607				
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	(85)	_	3.803	3 3	.718				
Total	12.594	(4.397)	5.128		.325				

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

- (1) No primeiro trimestre 2018 a Companhia concluiu e recebeu o montante de R\$ 48.935 correspondente ao ajuste final de preço de aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, atualmente Indupa Argentina, ocorrida em 27 de dezembro de 2016, decorrente de ajuste de capital de giro que deveria ser apresentado pela Solvay Indupa S.A.I.C na data de aquisição, de acordo com os termos do contrato de compra e venda. Referido montante foi reconhecido no resultado na rubrica "Ajuste de preço de aquisição".
- (2) Valor referente à aquisição de participação de minoritários realizada através de oferta pública de ações ("OPA"), vide detalhe na nota explicativa n°1.
- (3) Refere-se a conversão de AFAC em mutuo, conforme evidenciado na Nota Explicativa 10.

12. Imobilizado

Controladora

	Taxa de depi	reciação anual				Líquido	
	2040	2040	0	Depreciação	2040		
	2019	2018	Custo	acumulada	2019	2018	
Terrenos	-	-	247.550	-	247.550	247.550	
Edificações e Construções	3,45% a 6,67%	3,45% a 6,67%	152.046	(64.942)	87.104	90.435	
Equipamentos e Instalações	5% a 6%	5% a 6%	1.189.985	(711.137)	478.848	493.740	
Veículos	20%	20%	362	(294)	68	167	
Móveis e Utensílios	10%	10%	13.744	(11.208)	2.536	2.989	
Demais bens	10%	10%	15.122	(9.543)	5.579	3.846	
Imobilizado em andamento			43.980	•	43.980	41.734	
			1.662.789	(797.124)	865.665	880.461	

Consolidado

	Taxa anual d	e depreciação			Líquio	
	2019	2018	Custo	Depreciação acumulada	2019	2018
Terrenos	-	-	283.913	_	283.913	283.874
Edificações e Construções	3,33% a 6,67%	3,33% a 6,67%	466.155	(216.952)	249.203	249.003
Equipamentos e Instalações	5% a 10%	5% a 10%	3.290.912	(2.113.213)	1.177.699	1.202.926
Veículos	20%	20%	3.116	(2.601)	515	1.060
Móveis e Utensílios	10%	10%	26.571	(22.220)	4.351	4.542
Demais bens	10%	10%	28.211	(20.236)	7.975	4.323
Imobilizado em andamento	-	-	167.061	-	167.061	161.107
			4.265.939	(2.375.222)	1.890.717	1.906.835

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora		Adições líquidas de				Adições líquidas de			
	2017	transferências	Baixas	Depreciação	2018	transferências	Baixas	Depreciação	2019
Terrenos	247.550	-	-		247.550	_	_		247.550
Edificações e Construções	91.381	3.106	-	(4.052)	90.435	836	-	(4.167)	87.104
Equipamentos e Instalações	515.680	21.592	(727)	(42.804)	493.741	29.337	(39)	(44.191)	478.848
Veículos	250	-	` -	(83)	167	-	(30)	(69)	68
Móveis e Utensílios	2.546	1.103	(9)	(651)	2.989	129	(1)	(581)	2.536
Demais bens	4.024	346	`-	(525)	3.845	2.541	(25)	(782)	5.579
Imobilizado em andamento	24.702	17.032	-	• -	41.734	2.246	` -	` -	43.980
	886.133	43.179	(736)	(48.115)	880.461	35.089	(95)	(49.790)	865.665

Consolidado		Adições líquidas de			Efeito de Aplicação	Ajustes de	
	2017	transferências	Baixas	Depreciação	da IAS 29	conversão	2018
Terrenos	282.169	-		-	11.871	(10.166)	283.874
Edificações e Construções	250.790	7.230	-	(13.536)	23.018	(18.499)	249.003
Equipamentos e Instalações	1.203.877	144.279	(728)	(157.386)	82.901	(70.017)	1.202.926
Veículos	649	613	-	(248)	99	(53)	1.060
Móveis e Utensílios	3.823	1.745	(9)	(978)	415	(454)	4.542
Demais bens	4.024	759	-	(460)	-	-	4.323
Imobilizado em andamento	145.350	15.132	-	· -	17.384	(16.759)	161.107
	1.890.682	169.758	(737)	(172.608)	135.688	(115.948)	1.906.835

Consolidado	2018	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2019
Terrenos	283.874	transierencias	Daixas	Depreciação	4.955	(4.916)	283.913
Edificações e Construções	249.003	15.712	_	(13.298)	5.362	(7.576)	249.203
			(00)	(/		(/	
Equipamentos e Instalações	1.202.926	108.142	(39)	(140.587)	37.019	(29.762)	1.177.699
Veículos	1.060	(301)	(30)	(209)	57	(62)	515
Móveis e Utensílios	4.542	692	(1)	(893)	322	(311)	4.351
Demais bens	4.323	4.688	(48)	(988)	-	-	7.975
Imobilizado em andamento	161.107	23.893	-	-	(3.430)	(14.509)	167.061
	1.906.835	152.826	(118)	(155.975)	44.285	(57.136)	1.890.717

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil dos seus imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para encerramento das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificadas evidências de ativos com custos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

registrados superiores aos seus valores de recuperação. Também não houve mudança de estimativa na vida útil dos bens incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas.

13. Intangível

				Controladora		Consolidado
		Taxa anual de amortização		Líquido	Líqu	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ágio		-	273.025	273.025	275.944	277.509
Direito de uso de Software	20%	20%	6.603	2.827	24.551	21.740
		_	279.628	275.852	300.495	299.249

Na controladora

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A, antiga denominação da Unipar Carbocloro S.A., que não era operacional, adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. ("Carbocloro"). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios apurando um ágio total no montante de R\$ 273.025. A Carbocloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013. Os saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por Impairment.

Movimentação do intangível com vida útil definida

Controladora	2017	Adição	Amortizações	2018	Adições	Amortizaçõe	s 2019		
Direito de uso de Software	5.659	490	(3.322)	2.827	6.757	(2.981) 6.603		
								Efeito de	
Consolidado				Ajustes de				Aplicação	
	2017	Adição	Amortizações	conversão	2018	Adições	Amortizações	da IAS 29	2019
Direito de uso de Software	5.835	19.675	(3.766)	(4)	21.740	9.736	(7.433)	508	24.551

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

14. Fornecedores

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores nacionais	29.750	23.889	167.866	176.228
Fornecedores nacionais - imobilizado	1.649	4.520	7.055	12.973
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	40	29	-	-
Fornecedores exterior	193	223	7.547	4.771
Fornecedores exterior - partes relacionadas	209	1.238	<u> </u>	
Circulante	31.841	29.899	182.468	193.972

15. Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado
	Moeda	2019	2018	2019	2018
Em moeda nacional	_				
Debêntures - Carbocloro (2019: CDI + 1,77% a.a. 2018:					
CDI + 2,15% a.a.) (1)	R\$	356.140	356.058	356.140	356.058
Debêntures Investimentos - Carbocloro (CDI + 2,00%					
a.a.) (2)	R\$	50.010	151.872	50.010	151.872
Capital de Giro - Carbocloro (2019 - CDI + 1,81 % a.a					
2018 - CDI + 2,90% a.a.) (3)	R\$	196.579	338.815	196.579	338.815
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa BR (2018: 8,14%					
a.a.) (4)	R\$	-	-	-	69.769
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa AR (2019: 56% 2018:					
63,19%a.a.) (6)	AR\$	-	-	6.147	20.040
Capital de Giro CDI - Indupa BR (CDI + 3,65% a.a.) (5)	R\$	-	-	-	9.308
BNDES - Carbocloro (TJLP + 2,33% a.a.) (7)	R\$	3.962	6.206	3.962	6.206
BNDES - Carbocloro (SELIC + 2,36% a.a.) (7)	R\$	4.856	7.200	4.856	7.200
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,40% a.a.) (8)	R\$	-	-	14.433	21.237
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,87% a.a.) (9)	R\$	-	-	16.832	7.308
BNDES - Indupa BR (IPCA + 2,14% a.a.) (9)	R\$	-	-	24.570	10.037
Em moeda estrangeira					
Capital de Giro (2019: 6,25% a.a., 2018: 4,85% a.a.)(10)	US\$		<u> </u>	4.019	29.996
	=	611.547	860.151	677.548	1.027.846
Circulante		151.547	340.159	177.566	477.918
Não circulante	-	460.000		499.982	
Nao di culante	_	460.000	519.992	433.302	549.928

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 28 de março de 2018, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 210.170 teve 93% do seu montante alongado por meio da 5ª emissão de debentures em 10 de Junho de 2019, o valor principal não alongado, será amortizado em 20 de março de 2020, o valor correspondente a 5ª emissão será amortizado em três parcelas anuais a partir de 12 de Junho de 2023.A 2ª série no valor de R\$ 139.830 será amortizada em duas parcelas anuais vencíveis em 20 de março de 2021 e 2022. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões.
- (2) Debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em novembro de 2013 para a aquisição dos 50% de participação adicional no capital da Carbocloro, amortizadas semestralmente, com vencimento final para maio de 2020, garantidas por cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidas pela Companhia aos acionistas controladores.
- (3) Captações destinadas a reforço de caixa da Companhia, livres de garantia, sendo,(i) R\$38.797 com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em cinco parcelas trimestrais a partir de dezembro de 2019, (ii) R\$ 49.733 com juros pagos semestralmente na carência, e valor principal a ser amortizado em quatro parcelas trimestrais a partir de março de 2020, (iii) empréstimo em dólares com swap para reais no montante de R\$ 109.172, valor atualizado na curva de R\$ 112.869 é contrabalanceado pelo ajuste positivo de

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

swap no montante de R\$ 3.673 e despesas diferidas no montante de R\$ 1.149, de modo que o efeito líquido no passivo é de R\$ 108.097, com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em 9 parcelas trimestrais a partir de março 2021.

- (4) Empréstimos de curto prazo captados em datas diversas pela Indupa Brasil para capital de giro sem garantias.
- (5) Captação destinada à reforço de caixa da Indupa Brasil lastreada à exposição com início em 21 de fevereiro de 2017 e vencimento em 22 de fevereiro de 2019 com amortização de principal e juros.
- (6) Empréstimos de curto prazo captados pela Indupa Argentina, em Pesos para capital de giro sem garantias.
- (7) Captações destinadas à modernização da planta em Cubatão garantidas por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Companhia.
- (8) Captações destinadas à investimentos ambientais, projetos sociais, aquisições de máquinas e equipamentos nacionais para modernização da planta de Santo André. O empréstimo é garantido através de fiança bancária.
- (9) Captações destinadas à centralização e modernização da linha de produção de resinas de PVC da fábrica de Santo André, a garantia dessa operação é o aval da Unipar. A primeira liberação foi realizada em novembro de 2018 e a segunda liberação em dez/2019.
- (10) Empréstimos em curto prazo captados pela Indupa Argentina em dólares para capital de giro, em grande parte, com lastro de exportação. Pré financiamento de exportação.

O cronograma de amortização desses empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora	Consolidado
' <u></u>	2019	2019
2020	151.547	177.567
2021	123.576	135.124
2022	119.804	126.554
2023	80.387	87.137
2024 em diante	136.233	151.166
	611.547	677.548

Certos empréstimos e financiamentos apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros (*covenants*). Indicadores estes, que são mensurados semestralmente ou anualmente, conforme prazos estabelecidos em cada contrato. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas.

16. Energia elétrica

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. Tais contratos, além de englobarem o preço da energia efetivamente contratada, contêm encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ("ABRACE").

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia e a Indupa Brasil provisionam integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuam os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2019, os respectivos processos continuam em discussão.

Não há discussões sobre os valores da CDE relativas aos períodos posteriores a agosto de 2017.

17. Demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em "provável", "possível" e "remota".

Para as causas consideradas "prováveis" são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos iudiciais atrelados aos processos, como seque.

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Fiscais	14.162	24.652	25.119	28.956
Trabalhistas e previdenciárias	19.866	17.266	44.089	46.866
Cíveis	1.003	837	5.265	4.544
Total	35.031	42.755	74.473	80.366
Depósitos judiciais fiscais	(11.046)	(17.287)	(17.645)	(17.445)
Depósitos judiciais trabalhistas	(5.020)	(3.545)	(15.436)	(13.511)
Total	(16.066)	(20.832)	(33.081)	(30.956)
Não Circulante	18.965	21.923	41.392	49.410

Movimentação das provisões para demandas judiciais está demonstrada a seguir:

Controladora			Baixas/		Atualização	
	2017	Adições	Reversão	Transferências	monetária	2018
Fiscais	20.572	4.562	(483)	_	_	24.651
Trabalhistas e						
previdenciárias	27.037	-	(9.771)	-	-	17.266
Cíveis	58.150	1.379	(58.692)	-	-	837
Depósitos Judiciais	(23.462)	(31.498)	33.357	809	(37)	(20.831)
	82.297	(25.557)	(35.589)	809	(37)	21.923

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

			Baixas/		Atualização	
Controladora	2018	Adições	Reversão	Transferências	monetária	2019
Fiscais	24.651	900	(11.389)			14.162
Trabalhistas e						
previdenciárias	17.266	6.039	(3.439)	-	-	19.866
Cíveis	837	289	(123)	-	-	1.003
Depósitos Judiciais	(20.831)	(5.725)	4.238	6.521	(269)	(16.066)
	21.923	1.503	(10.713)	6.521	(269)	18.965

Consolidado	2017	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2018
Fiscais	27.780	4.743	(3.568)	-	-	-	28.955
Trabalhistas e							
previdenciárias	52.033	8.846	(12.152)	-	-	(1.861)	46.866
Cíveis	58.222	5.058	(58.736)	-	-	-	4.544
Depósitos Judiciais	(32.346)	(34.725)	35.279	874	(37)	-	(30.955)
	105.689	(16.078)	(39.177)	874	(37)	(1.861)	49.410

Consolidado	2018	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2019
Fiscais	28.955	8.476	(12.312)	-	-	-	25.119
Trabalhistas e							
previdenciárias	46.866	11.972	(13.424)	-	-	(1.325)	44.089
Cíveis	4.544	896	(175)	-	-	-	5.265
Depósitos Judiciais	(30.955)	(18.285)	9.971	6.457	(269)	-	(33.081)
	49.410	3.059	(15.940)	6.457	(269)	(1.325)	41.392

As principais demandas judiciais e respectivos honorários, quando aplicáveis, estão descritas a seguir:

Na Controladora

a) Demandas fiscais

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") – Prováveis

Causa transitada e julgada de forma favorável a Unipar cujo valor foi revertido em 30 de setembro de 2019 (R\$ 6.341 em 31 de dezembro de 2018) e o saldo do depósito judicial reclassificado para Depósitos Judiciais (vide Nota Explicativa 9).

ii. Outros processos fiscais – Prováveis

São compostos por diversos processos relacionados com disputas relativas a PIS, COFINS, INSS e IPTU, entre outros, que totalizam o montante de R\$ 11.965 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 16.013 em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionados.

iii. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2019 o montante dessas provisões é de R\$ 2.196 (R\$ 2.297 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

iv. Demais processos fiscais – Possíveis

São compostos por disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processos judiciais da ex-controlada Goyana, exigência de débito de IOF sobre operações de créditos com coligadas, indedutibilidade de despesas para fins de imposto de renda e contribuição social e exigência de débitos de PIS e COFINS, entre outros que totalizam o montante de R\$ 32.644 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 20.248 em 31 de dezembro de 2018). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos avalia a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma de maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 19.848 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 17.248 em 31 de dezembro de 2018) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 21.844 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 37.706 em 31 de dezembro de 2018).

ii. Demais processos trabalhistas

Esta rubrica é composta de ações judiciais de natureza trabalhista, referente à discussões de ex-funcionários da ex-investida, que totalizam o montante de R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2019. A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências. Além disso a Companhia possui clausula de regresso de valores relacionados a estas causas baseados no contrato de desinvestimento.

iii. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2019 o montante dessas provisões é de R\$ 18 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2018).

c) Demandas Cíveis

i. Reintegração de Ex-funcionário em Plano de Saúde – Provável

Refere-se a ação judicial pela qual ex-empregado requer a reativação de seu antigo seguro e a devolução da quantia paga à operadora atual. O montante desta ação

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

representava R\$ 935 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 827 em 31 de dezembro de 2018).

ii. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2019 o montante dessas provisões é de R\$ 50 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2018).

d) Demandas judiciais ambientais

i. Demanda judiciais não mensuráveis

O Ministério Público Federal ("MPF") requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. Após decisão das Instâncias Superiores (Superior Tribunal de Justiça – "STJ") o processo retornou à Vara de origem para produção de provas e prolação de sentença. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 500. Contudo, na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irrecuperáveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial de mercúrio e sua destinação. A perícia foi realizada em 13 de julho de 2016, tendo o laudo pericial sido favorável a Companhia. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.000. Contudo na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

Na controlada Indupa Brasil

As principais demandas judiciais e respectivos honorários estão descritas a seguir:

a) Demandas fiscais

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Como consequência de hiperinflação no passado, foi regulamentada (a partir de dezembro de 1995) a reexpressão do valor dos bens do ativo imobilizado utilizando um índice obrigatório determinado pelo governo. Este índice foi mantido artificialmente em um menor valor durante 1991 em comparação com os índices de inflação de outras agências independentes. A Companhia reavaliou seus ativos por um índice maior no exercício de 1991, gerando assim uma depreciação anual maior para os exercícios fiscais futuros. A lei impositiva correspondente determinou que tais contribuições

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

complementares sobre a depreciação que surge da diferença entre índices, deveriam ser consideradas como despesa dedutível somente para efeito de imposto de renda para um período de seis anos que começava em 1992. Porém, a Companhia decidiu considerar o montante desta diferença como despesa dedutível de imposto de renda e contribuição social no primeiro ano. Como resultado, as autoridades fiscais notificaram a Companhia posteriormente.

Em 31 de dezembro de 2019 o valor total da causa é de R\$ 39.422 (R\$ 38.919 em 31 de dezembro de 2018). A causa, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, foi segregada de acordo com as ações realizadas no pleito como provável, possível e remota. O montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como provável é de R\$ 2.072 (R\$ 2.047 em 31 de dezembro de 2018) e o montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como possível é de R\$ 34.015 (R\$ 33.582 em 31 de dezembro de 2018).

ii. IPTU prefeitura de Santo André

Trata-se da cobrança de IPTU, do exercício de 1991, referente aos imóveis localizados na cidade de Santo André, na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, km 38, s/nº. Após aproximadamente quinze anos de litígio, no primeiro trimestre de 2019, foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ desfavorável à Companhia. Por essa razão, a Companhia baseada na avaliação de seus consultores jurídicos reavaliou a probabilidade de perda da causa de possível para provável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém uma provisão no montante de R\$ 6.273.

iii. Outros processos fiscais prováveis

Disputas no montante de R\$ 488 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 165 em 31 de dezembro de 2018), basicamente representada por processo relativo a imposto municipal, avaliadas como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionadas.

iv. Demais processos fiscais (possíveis):

Além do processo descrito no item "i", a Companhia possui disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 29.614, Auto de Infração questionando a utilização do prejuízo fiscal de 2009 no montante de R\$ 39.580 e outros processos que montam R\$ 4.440.

Com isso o montante de R\$ 107.649 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 109.907 em 31 de dezembro de 2018) foi considerado pela Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, como probabilidade de perda possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

v. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2019 o montante dessas provisões é de R\$ 2.123 (R\$ 2.092 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

- b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias
 - i. Processos Trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma de maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre danos materiais e morais, doença ocupacional, terceirização, gratificações por desempenho e equiparação salarial. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 19.189 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 25.805 em 31 de dezembro de 2018) e com a probabilidade perda possível o montante de R\$ 46.163 (R\$ 10.284 em 31 de dezembro de 2018).

O aumento no valor das causas avaliadas como perda possível é decorrente da entrada de novos processos.

- c) Demandas judiciais cíveis
 - i. Demandas judiciais Cíveis prováveis

Basicamente referem-se aos honorários de sucumbências de processos de recuperação de créditos de clientes inadimplentes.

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 4.262 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.707 em 31 de dezembro de 2018) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 29.424 em 30 de dezembro de 2019 (R\$ 25.308 em 31 de dezembro de 2018).

Na controlada Indupa Argentina

- a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias
 - i. Processos trabalhistas e previdenciários Prováveis

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença ocupacional, para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 5.034 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.795 em 31 de dezembro de 2018).

18. Passivo ambiental

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais.

Em cumprimento a estas políticas, a Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

		Consolidado
	2019	2018
Passivo ambiental	20.108	21.868
Circulante	13.542	4.522
Não circulante	6.566	17.346

Movimentação das provisões para passivo ambiental

Consolidado					Ajustes de	
	2017	Adições	Reversões	Utilização	conversão	2018
Passivo ambiental	42.767	15.950	(9.652)	(15.935)	(11.262)	21.868
Consolidado					Ajustes de	
	2018	Adições	Reversões	Utilização	conversão	2019
Passivo ambiental	21.868	6.334	(241)	(7.685)	(168)	20.108

19. Débito com terceiros

Corresponde a dívida com a Solvay Vinyls Holding A.G. relacionada com a aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, no montante de US\$ 136 milhões sobre a qual incide encargos de 3% a.a. pagos anualmente e amortização do principal em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

Essa dívida possui cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros *(covenants)*. Indicadores estes, que são mensurados em junho e dezembro de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos impostos	270.704	667.399	256.610	676.737
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota nominal		<u> </u>		0+70
combinada	(92.039)	(226.916)	(87.247)	(230.091)
				(/
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	(11.091)	63.843	(2.213)	329
Atualização monetária sobre resultado de participação				
societária	-	(1.446)	-	(1.446)
Diferença da alíquota nominal para controlada na				
Argentina	-	=	(1.140)	11.512
Encargos indedutíveis em controlada na Argentina (1)	-	-	(41.225)	- (40, 470)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (2)	(000)	-	(18.292)	(40.476)
Outros	(626)	3.211	(3.644)	1.492
Total créditos de diferenças permanentes	(11.717)	65.608	(66.514)	(28.589)
Efeito no ano de créditos tributários temporais não				
reconhecidos				
Diferenças temporárias	-	_	-	12.787
Prejuízos fiscais	-	-	-	7.684
Créditos tributários não reconhecidos em anos			-	
anteriores				
Diferenças temporárias	-	-	-	44.363
Prejuízos fiscais	6.557	21.949	69.509	64.549
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no				
resultado	(97.199)	(139.359)	(84.252)	(129.297)
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	35,91%	20,88%	32,83%	19,11%
IRPJ e CSLL correntes	(99.888)	(100.056)	(129.289)	(135.035)
IRPJ e CSLL diferidos	2.689	(39.303)	45.037	5.738
Total da (despesa)/ receita de IR e CSLL	(97.199)	(139.359)	(84.252)	(129.297)
. ,			· · · / -	

- (1) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela indedutibilidade dos encargos de atualização monetária do AFAC convertido em Mútuo.
- (2) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela correção monetária dos itens do Patrimônio Líquido da Indupa Argentina.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinação desse reconhecimento, a Companhia utiliza como parâmetros o disposto na Instrução CVM nº 371/02. Esta norma indica que os montantes a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

fundamentadas com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Imposto diferido ativo			·	
Demandas judiciais	11.911	12.381	23.610	22.618
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	7.303	42.019
Ágio a amortizar	14.909	18.884	14.909	18.884
Valor justo de instrumentos financeiros	3.875	3.875	3.875	3.875
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	34.858	37.955	203.990	138.559
Passivo ambiental	-	-	6.731	7.271
Obrigação com benefícios a empregados (IAS 19)	1.620	1.179	16.503	13.506
Outros	31.074	36.916	57.727	69.145
Total do imposto diferido ativo	98.247	111.190	334.648	315.877
Imposto diferido passivo Combinação de negócios	(63.473)	(65.658)	(63.473)	(65.658)
Efeito da depreciação (contábil / fiscal)	(81.064)	(79.949)	(136.007)	(115.779)
Tributos diferidos sobre mais valia	(214.482)	(214.982)	(214.482)	(214.982)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (2)	-	-	(55.710)	(47.491)
Atualizações Monetárias	(2.927)	(2.927)	(2.927)	(2.927)
Encargos capitalizados	(3.274)	(3.159)	(5.132)	(4.846)
Efeito tributário sobre o ganho pelo métodos de aplicação de				
equivalência patrimonial	(6.074)	-	(6.074)	-
Ajustes acumulados de conversão da Mais Valia Indupa				
Argentina	24.868	19.965	24.868	19.965
Total do imposto diferido passivo	(346.426)	(346.710)	(458.937)	(431.718)
Provisão por impairment	<u> </u>		<u> </u>	(58.004)
Líquido Ativo (Passivo) de imposto diferido após impairment	(248.179)	(235.520)	(124.289)	(173.845)
Passivo de imposto diferido líquido após impairment Ativo (Passivo) de imposto diferido líquido após <i>impariment</i>	(248.179)	(235.520)	(296.628) 172.339	(273.968) 100.123

O prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos da Companhia foi estimado de acordo com a realização de diversos eventos projetados e está dividido conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
2020	12.900	30.949
2021	18.057	79.656
2022	44.984	82.766
2023	14.046	40.902
2024 em diante	8.260	100.375
	98.247	334.648

A Companhia realiza anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e, à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido não contabilizado, a Companhia o registrará contabilmente.

A Companhia no exercício de 2019, baseada em projeção de resultados futuros, contabilizou um ativo fiscal sobre resultados negativos de exercícios anteriores no montante de R\$ 4.912 de base negativa de contribuição social e também reconheceu um crédito pela homologação do incentivo fiscal da Lei do BEM nº 11.196/2005 relativo ao ano calendário 2016 no montante de R\$ 1.645.

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais não operacionais para os quais ainda não foi reconhecido ativo fiscal diferido. O valor total destes prejuízos fiscais não operacionais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 525.257 (R\$ 525.257 em 31 de

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

dezembro de 2018). Em relação a contribuição social não há ativo fiscal diferido a ser reconhecido em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 54.579 em 31 de dezembro de 2018).

Na controlada Indupa Brasil, no exercício de 2019, baseada em projeção de resultados futuros, contabilizou um ativo fiscal sobre resultados negativos de exercícios anteriores no montante de R\$ 59.847 correspondente a R\$ 43.822 de prejuízos fiscais e R\$ 16.025 de base negativa de contribuição social.

Além do reconhecimento anual, no último trimestre do exercício de 2019, houve a homologação do incentivo fiscal da Lei do BEM nº 11.196/2005 relativo ao ano calendário 2016, ocasionando o reconhecimento adicional de ativo diferido no montante de R\$ 3.105.

A controlada Indupa Brasil não possui prejuízos fiscais operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não tenha sido reconhecido ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 168.973 em 31 de dezembro de 2018) e (R\$ 175.122 em 31 de dezembro de 2018), respectivamente.

21. Obrigações com benefícios aos empregados

	C	Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Plano de pensão	-		1.558	1.382
Plano de saúde	4.765	3.467	42.516	34.481
Benefícios rescisórios	-	-	5.129	6.441
Provisão para gratificação por				
tempo de serviço	-	-	1.047	896
Total	4.765	3.467	50.250	43.200

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e contribuições definidas a seus empregados que tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefícios definidos são calculados por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios futuros, contribuições de colaboradores ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para as patrocinadoras. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

a) Volatilidade dos ativos

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

b) Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

c) Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de benefícios são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. A maior parte dos ativos dos planos ou não são afetados ou tem uma pequena correlação com a inflação, o que significa que uma alta de inflação resultará também em alta do déficit.

d) Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

e) Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas levam em conta tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade e são estabelecidas pelos atuários de acordo com o perfil dos colaboradores.

Na Controladora

A Companhia oferece aos seus colaboradores um plano de previdência complementar que são executados pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), entidade de previdência complementar fechada dotada de autonomia administrativa.

a) Plano de contribuição definida

São custeados pelos participantes e pela patrocinadora e são administrados pela Carboprev. Durante o exercício de 2019, a Companhia contribuiu para esses fundos com R\$ 2.538 (R\$ 2.003 no exercício de 2018), sendo esse montante registrado como despesa. Uma vez pagas essas contribuições a Companhia não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas estão a seguir descritas:

	2019	2018
Taxa de desconto nominal	7,52% a 7,77% a.a.	9,81% a 10,06% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,25 % a.a.	4,75 % a.a.
Taxa nominal do benefício	4,25 % a.a.	4,75 % a.a.
Inflação médica	7,90 % a.a.	8,42 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

c) Plano de aposentadoria

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2019 é de 89 (102 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente o número de assistidos é de 82. A posição atuarial do plano em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

		Controladora
	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais	70.662	60.274
Valor justo dos ativos	(98.047)	(82.404)
Superávit	(27.385)	(22.130)
Efeito do teto do ativo	27.385	22.130
Passivo atuarial líquido		-

Não se espera que o superávit apresentado traga benefícios econômicos e, portanto, a Companhia não pode reconhecê-lo como um ativo atuarial líquido, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é demonstrada a seguir:

		Controladora
	2019	2018
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	60.274	56.331
Custo financeiro	5.671	5.705
Perdas atuariais - experiência	(52)	813
Perdas/ ganhos atuariais - premissas financeiras	9.902	2.398
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(5.134)	(4.973)
Saldo em 31 de dezembro	70.661	60.274

A movimentação do valor justo dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é demonstrada a seguir:

		Controladora
	2019	2018
Valor justo dos ativos do plano no final do		
exercício anterior	82.404	75.020
Receitas de juros sobre os ativos do plano	12.786	4.534
Retorno esperado sobre os ativos do plano	7.850	7.690
Contribuições do empregador	141	133
Benefícios pagos	(5.134)	(4.973)
Saldo em 31 de dezembro	98.047	82.404

A movimentação do passivo atuarial líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é demonstrada a seguir:

	Controlador	
	2019	2018
Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido	(8)	(7)
Contribuições da patrocinadora	(141)	(133)
Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto do ativo no período	149	140
Passivo atuarial líquido		

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2019 é de R\$ 8 e a projeção para o exercício seguinte é de receita atuarial de R\$ 6.

d) Plano de Saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores um benefício de saúde pós-aposentadoria de 2 anos, quando, de forma cumulativa ele tenha o seu contrato de trabalho rescindido e já esteja aposentado pela previdência oficial.

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2019 é de 384 (381 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente o número de assistidos é de 26.

A movimentação do passivo atuarial desse benefício nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é apresentada a seguir:

_		Controladora
	2019	2018
Obrigações atuariais no final do exercício anterior Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido	3.467	2.865
e custo de serviço passado	468	455
Contribuições da patrocinadora Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais	(682)	(495)
e variação de teto do ativo no período	1.513	642
_	4.766	3.467

As despesas de custos de serviço e financeiro desse benefício reconhecidas no exercício de 2019 é de R\$ 468 e a projeção para estas despesas no exercício seguinte é de R\$ 661.

Análise de sensibilidade dos benefícios definidos

		Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2019		
Descrição da premissa	Avaliação do impacto	Plano de previdência	Plano de saúde	
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(3.188)	155	
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	3.457	215	
Taxa de reajuste de benefício	Aumento de 0,5%	3.192	-	
Taxa de reajuste de benefício	Redução de 0,5%	(2.979)	-	
Taxa da inflação médica	Aumento de 1%	-	514	
Taxa da inflação médica	Redução de 1%	-	348	
Tábua de mortalidade (idade)	Aumento de +1	(2.252)	145	
Tábua de mortalidade (idade)	Redução de -1	2.249	182	

Na Indupa Brasil

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Brasil patrocina um plano de contribuição definida custeado pelos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

participantes e pela patrocinadora administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas, utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão a seguir descritas:

	2019	2018
Taxa de desconto nominal	7,38% a 9,06% a.a.	9,06% a 9,84% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,90% a 4,75% a.a.	4,75% a 4,97% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	4,77 % a.a.	5,27 % a.a.
Inflação médica	4,25% a.a.	3,90 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de pensão

A controlada mantém um plano de pensão para ex-colaboradores, contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2019 é de 2 (2 em 31 de dezembro de 2018). O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.558 (R\$ 1.382 em dezembro de 2018)

d) Plano de Saúde

A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2019 é de 140 (158 em 31 de dezembro de 2018). O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 37.751 (R\$ 31.014 em 31 de dezembro de 2018)

e) Gratificações de tempo de casa

A controlada oferece a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2019 é de 294 (292 em 31 de dezembro de 2018). O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.047 (R\$896 em 31 de dezembro de 2018)

f) Benefícios rescisórios

A controlada proporciona benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. As definições dos montantes do benefício estão vinculadas ao tempo de trabalho. Esses benefícios são contabilizados como obrigações de benefício definido e o passivo atuarial. O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 782 (R\$763 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

As projeções de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

	2020
Plano de Pensão	108
Plano de saúde	2.831
Benefícios Rescisórios	113
Gratificação por tempo de casa	195
	3.247

Na Indupa Argentina

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (*Fideicomisso Optimum*). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Plano de benefício definido

As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão a seguir descritas:

	2019	2018
Taxa de desconto nominal	18,80 % a.a.	16,60 % a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	10,00 % a.a.	10,00 % a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	10,55 % a.a.	10,55 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de benefício por desligamento, invalidez ou morte

A controlada proporciona um benefício de indenização em caso de desligamento, invalidez ou morte. Em caso de desligamento a elegibilidade é a partir dos 65 anos para homens e 60 para mulheres. O montante do benefício a ser pago em parcela única varia entre três a seis salários mensais dependendo do motivo da elegibilidade. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2019 é de 532 (535 em 31 de dezembro de 2018). Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 4.499 (R\$ 5.440 em 31 de dezembro de 2018). A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro desse plano de benefício para o exercício seguinte é de R\$ 1.229

22. Capital social

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$ 840.000.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

A Companhia capitalizou um montante de R\$ 224.587 através da utilização de parte do saldo da reserva estatutária, denominada reserva para investimento, em conformidade com o disposto no artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações para aumento do capital social, com a emissão de 14.525.820 ações atribuídas a título de bonificação, de forma gratuita, aos detentores de ações em 18 de junho de 2019.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 699.002 (R\$ 474.415 em 31 de dezembro de 2018) composto por ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição:

	Quantidade de açô	ões (milhares)
_	2019	2018
Ações ordinárias	35.252	30.382
Ações preferenciais Classe A	2.812	2.530
Ações preferenciais Classe B	63.616	58.234
_	101.680	91.146

No período de 19 de junho de 2019 a 31 de dezembro de 2019, foi realizada a conversão de 15 ações preferenciais "A" em ações preferenciais "B", conforme Parágrafo 3º do Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 3.233.943 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2019 (3.696.258 ações em 31 de dezembro de 2018) no valor contábil de R\$ 101.459 (R\$ 33.221 em 31 de dezembro de 2018). O valor de mercado destas ações em 31 de dezembro 2019 representava R\$ 115.536 (R\$ 136.342 em 31 de dezembro 2018).

Entre 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou recompra de 3.374.443 ações ao preço médio ponderado de R\$ 33,32 por ação, totalizando R\$ 112.429. As ações foram adquiridas através do programa de recompra aprovado pela Administração em 09 de novembro de 2018 e aditado em 13 de maio de 2019, com objetivo de permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Em 27 de fevereiro de 2019, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 3.990.758 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 165.658 ações ordinárias; (ii) 11.606 ações preferencias classe "A"; e (iii) 3.813.494 ações preferenciais classe "B". Tal cancelamento não implicou em alteração do valor de seu capital social

A movimentação detalhada das ações de tesouraria está demonstrada a seguir:

Ações em tesouraria	Nº ações em 31/12/2018	Recompras	Bonificação	Cancelamento	Nº ações em 31/12/2019
Ações ordinárias	147.258	320.671	31.333	165.658	333.604
Ações preferências - A	6.106	92.902	5.201	11.606	92.603
Ações preferências - B	3.542.894	2.960.870	117.466	3.813.494	2.807.736
Total	3.696.258	3.374.443	154.000	3.990.758	3.233.943

23. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2017	Reserva legal 56.698	Reserva Especial para Dividendos 56.698	Reserva para investimento 445.871	Reserva de Lucros à Realizar 20.540	Total 579.807
Reversão de Dividendos Prescritos e não					
Reclamados	-	-	417	-	417
Dividendos intermediários	-	-	-	(20.540)	(20.540)
Aumento do Capital Social	-	-	(90.084)	-	(90.084)
Constituição de Reservas	26.402	26.402	349.826	-	402.630
Em 31 de dezembro de 2018	83.100	83.100	706.030	-	872.230
Reversão de Dividendos Prescritos e não					
Reclamados	-	-	500	-	500
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(44.191)	-	(44.191)
Aumento do Capital Social	-	-	(224.587)	-	(224.587)
Constituição de Reservas	8.675	8.675	114.947		132.297
Em 31 de dezembro de 2019	91.775	91.775	552.699		736.249

Os saldos das reservas de lucros, exceto para contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar excedentes ao valor do capital social serão destinadas até o final do exercício de 2020.

a) Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até atingir o limite de 20% do capital social, de acordo com a legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos – estatutária

Constituída com base no estatuto social da Companhia, à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que não poderá exceder 20% do capital social e tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar, se aplicável, o pagamento antecipado do dividendo obrigatório. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

c) Reserva para investimentos – estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no estatuto social e tem por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

d) Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída com base em lucros não realizados de acordo com a legislação societária. No exercício de 2016, foram apurados lucros não realizados decorrentes de combinação de negócios.

A realização desta reserva até 2017 ocorria conforme a depreciação, amortização ou pela realização efetiva dos ativos decorrentes da combinação de negócios. Em 2018 a Companhia deliberou por distribuir o saldo desta reserva, no montante de R\$ 20.540 como dividendos intermediários.

24. Receita operacional líquida

		Controladora		Consolidado
_	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.344.249	1.477.868	3.615.448	4.089.141
Mercado externo	14.724	14.371	237.454	269.193
	1.358.973	1.492.239	3.852.902	4.358.334
Impostos e outras deduções sobre vendas	(315.408)	(346.697)	(790.334)	(892.975)
Deduções sobre exportações - Argentina	<u>-</u>	<u> </u>	(13.838)	3.774
Receita líquida de vendas	1.043.565	1.145.542	3.048.730	3.469.133

25. Despesas por natureza

		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	
Matérias-primas, insumos e materiais de uso e consumo	(410.868)	(297.149)	(1.662.483)	(1.607.697)	
Despesa com salários, honorários, benefícios e	(410.000)	(297.149)	(1.002.403)	(1.007.097)	
encargos a empregados e administradores	(133.667)	(147.024)	(378.407)	(400.117)	
Encargos de depreciação e amortização	(92.552)	(95.858)	(183.082)	(176.372)	
Serviços de terceiros	(76.448)	(67.407)	(171.066)	(177.290)	
Despesas com fretes de vendas	(55.740)	(48.340)	(140.592)	(132.177)	
Outras	(33.407)	(23.875)	(130.080)	(114.283)	
	(802.682)	(679.653)	(2.665.710)	(2.607.936)	
Custo dos produtos vendidos	(596.203)	(485.112)	(2.231.876)	(2.209.155)	
Despesas com vendas	(55.740)	(48.340)	(153.097)	(151.203)	
Despesas administrativas	(150.739)	(146.201)	(280.737)	(247.578)	
	(802.682)	(679.653)	(2.665.710)	(2.607.936)	

A Companhia e sua controlada Indupa Brasil mantêm um acordo de longo prazo para compras/fornecimento de matéria-prima que determina quantidades anuais mínimas e

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

máximas a preços que são ajustados periodicamente. A estimativa anual de desembolso atinge cerca de R\$ 567.000. A Companhia monitora e controla mensalmente as quantidades consumidas e registra temporalmente os compromissos recorrentes das quantidades mínimas e máximas deste contrato.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora			Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Reversão (constituição) para demandas judiciais Reversão (constituição) de provisão para passivo	3.726	16.679	(3.751)	3.625
ambiental	-	-	(6.083)	(7.784)
Reversão (constituição) de provisão para reestruturação	-	-	(1.581)	(12.370)
Reversão (constituição) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.127	31	(897)	(46.317)
Reversão (constituição) de provisão para encargos sobre energia elétrica	10.333	-	10.333	-
(Reversão) constituição para demanda judicial ativa (2)	35.150	-	35.150	-
Outras despesas com investimentos (1)	(5.895)	-	(5.895)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.119)	(1.169)	(6.258)	(17.585)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	43.322	15.541	21.018	(80.431)

- (1) Refere-se a honorários de êxito na celebração do contrato de investimento com a AES Tiete;
- (2) Refere-se ao registro de ativo contingente relativo a Ação Ordinária n. 0018722-29.2005.4.01.3400, transitada em julgado e passível de realização, contra a companhia Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS). A Ação trata do pedido de restituição dos valores cobrados a título de empréstimo compulsório, além da correção monetária dos valores recolhidos (devolvidos e a devolver).

27. Resultado financeiro

Controladora		Conso	
2019	2018	2019	2018
32.157	40.124	39.363	57.513
15.831	-	-	-
38.419	681	47.072	98.275
-	-	45.579	14.163
1.708	2.739	8.143	(20.588)
88.115	43.544	140.157	149.363
(64.399)	(85.758)	(101.296)	(143.095)
(973)	(95)	(164.367)	(172.044)
(3.625)	(4.177)	(15.415)	11.871
(68.997)	(90.030)	(281.078)	(303.268)
19.118	(46.486)	(140.921)	(153.905)
	2019 32.157 15.831 38.419 - 1.708 88.115 (64.399) (973) (3.625) (68.997)	2019 2018 32.157 40.124 15.831 - 38.419 681 - - 1.708 2.739 88.115 43.544 (64.399) (85.758) (973) (95) (3.625) (4.177) (68.997) (90.030)	2019 2018 2019 32.157 40.124 39.363 15.831 - - 38.419 681 47.072 - - 45.579 1.708 2.739 8.143 88.115 43.544 140.157 (64.399) (85.758) (101.296) (973) (95) (164.367) (3.625) (4.177) (15.415) (68.997) (90.030) (281.078)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

28. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o resultado atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria, nota 22 (d). Não há efeito diluitivo no resultado atribuível aos acionistas.

			2019
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	57.033	32.741	1,7420
Ações Preferenciais Classe A	4.966	2.591	1,9162
Ações Preferenciais Classe B	111.506	58.192	1,9162
Total	173.505	93.524	
			2018
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	171.353	30.382	5,6674
Ações Preferenciais Classe A	15.731	2.530	6,2342
Ações Preferenciais Classe B	340.956	58.234	6,2342
Total	528.040	91.146	

29. Dividendos

Conforme artigo 34 do estatuto social da Unipar, a Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os cálculos dos dividendos para os exercícios de 2019 e 2018, assim como as demais destinações do lucro líquido do exercício, são demonstrados a seguir:

a) Dividendos propostos do exercício

	2019	2018
Lucro líquido ao final do exercício (-) Constituição de reserva legal - Nota 23 (a)	173.505 (8.675)	528.040 (26.402)
Lucro líquido realizado	164.830	501.638
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)	41.208	125.410
Saldo remanescente a destinar (-) Reserva especial de dividendos - Nota 23 (b)	123.622 (8.675)	376.228 (26.402)
(-) Reserva para investimentos - Nota 23 (c)	(114.947)	(349.826)

b) Dividendos a pagar

	2019	2018
Saldo Inicial	38.720	100.148
Reclassificação para Outros Compromissos a Pagar	(6)	-
Pagamentos	(24.985)	(89.226)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	(500)	(417)
Dividendos intermediários	-	120.540
Dividendos intermediários pagos no ano	-	(117.735)
Dividendos propostos	41.208	125.410
Compensação de Dividendos Antecipados no ano	-	(100.000)
Saldo final	54.437	38.720

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Em 12 de março de 2020, a Administração propôs a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 41.208.

As ações preferenciais classe A tem prioridade no recebimento de dividendos. Essa classe de ações recebe a totalidade dos dividendos até o limite equivalente a 10% de rendimento sobre a parcela do capital social constituída por esta classe de ações.

Ultrapassado este limite, as demais classes de ações passam a receber dividendos, sendo que as ações preferenciais classe A sempre devem receber, no mínimo, 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

Ultrapassado o limite de pagamento mínimo de dividendos às ações preferenciais classe A,as ações preferenciais classe B e ordinárias passam a receber dividendos. Neste caso, os dividendos pagos às ações preferenciais classe B devem ser 10% superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias.

Seguindo as regras estatutárias, os dividendos por ação propostos a cada classe são os seguintes:

Dividendos propostos por tipo de ação

Tipo de ação	Dividendo por ação
ON	0,39
PNA	0,69
PNB	0,43

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

31. Gestão de risco e instrumentos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Unipar se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Toda e qualquer operação de *hedge* ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos, identificada

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

pela tesouraria, com o intuito de proteger a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

31.1. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, e mudanças de taxa de juros.

a) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos com juros indexados ao TJLP captados junto ao BNDES, com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos, são compreendidos pela administração da Companhia como risco de volatilidade baixa.

Os demais indexadores que a Administração entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro estão demonstrados a seguir de forma líquida:

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI				
Caixa e Equivalentes de caixa	285.840	162.606	299.799	198.195
Aplicações financeiras	129.580	485.622	213.157	659.939
Empréstimos e financiamentos (i)	(602.728)	(846.745)	(602.728)	(856.053)
Total	(187.308)	(198.517)	(89.772)	2.081
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa IPCA Empréstimos e financiamentos Total	<u>-</u>		(24.570) (24.570)	(10.037) (10.037)
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa SELIC				
Empréstimos e financiamentos	(2.777)	(7.201)	(2.777)	(7.201)
Total	(2.777)	(7.201)	(2.777)	(7.201)

Análise de sensibilidade

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou, para cenários prováveis nas transações indexadas as taxas extraídas do relatório FOCUS de 10 de janeiro de 2020.

A análise foi feita para o horizonte de três meses e é exposta a variação no resultado considerando as exposições líquidas informadas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução CVM 475 de 17 de dezembro de 2008, os cenários foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente em relação à expectativa provável.

Controladora		Taxa			Cenário I variação de 25%			o II variação e 50%
Exposição de contratos	Risco	Cenário Atual	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
CDI	Aumento/ (Redução) Aumento/	4,40%	4,40%	-	5,50%	(486)	6,60%	(988)
SELIC	(Redução)	4,50%	4,50%		5,63%	(7)_	6,75%	(14)_
						(493)		(1.002)
Consolidado		Taxa	Cenári	o Provável		variação de 25%		o II variação e 50%
Exposição de contratos	Risco	Cenário Atual	Таха	Efeito líquido no resultado	Таха	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
	Aumento/							
CDI	(Redução)	4,40%	4,40%	-	5,50%	(744)	6,60%	(1.507)
CDI	(Redução) Aumento/ (Redução) Aumento/	4,40% 3,22%	4,40% 3,21%	34	5,50% 4,01%	(744) (23)	6,60% 4,82%	(1.507) (78)

b) Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

A estratégia para o gerenciamento do risco de variação cambial é defensiva, tratando de proteger os resultados financeiros e os fluxos de caixa contra os movimentos adversos das taxas de câmbio. Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições ao câmbio, tanto para ativos e passivos originalmente indexados às moedas estrangeiras quanto para instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através do monitoramento de taxas de câmbio e curvas de mercado.

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição incorrida durante o período.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

		Controladora	Consolidad		
	2019	2018	2019	2018	
Exposição líquida de ativos e passivos ao					
US\$ (Dólar Americano)					
Caixa e Equivalentes de caixa	-	-	15	781	
Empréstimos de curto e longo prazo	-	-	(3.324)	(29.538)	
Débito com terceiros	-	-	(551.586)	(530.486)	
Contas a receber de clientes	928	-	115.693	138.063	
Créditos com empresas ligadas	161.226	-	-	-	
Outros ativos circulantes	1.099	51	3.868	5.455	
Fornecedores	(399)	(626)	(20.693)	(40.120)	
Outros passivos circulantes	(3)	(18.755)	(494)	(20.853)	
Total	162.851	(19.330)	(456.521)	(476.698)	

Análise de sensibilidade

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 20 de fevereiro de 2020, divulgada no Banco Central para o cenário provável.

A análise foi feita para o horizonte de três meses sobre os saldos expostos de forma líquida e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurando o diferencial de juros e variação cambial para cada um dos cenários projetados. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

Controladora			Cenári	io Provável	Cenário I v 25		Cenário II va	riação de 50%
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	4,0307	4,3873	14.408	5,4841	40.713	6,5810	81.426
Consolidado					Cenário I	variação de		
			Cená	rio Provável	2	5%	Cenário II va	ariação de 50%
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	4,0307	4,3873	(40.389)	5,4841	(114.130)	6,5810	(228.261)

31.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação as suas aplicações financeiras e suas contas a receber de clientes.

Depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez classificados como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Unipar e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia. Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa.

31.3. Risco de liquidez

É o risco de Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	Menos de	Entre um e	Entre dois e	Acima de
	um ano	dois anos	cinco anos	cinco anos
Controladora				
Em 31 e dezembro de 2019				
Empréstimos	151.547	123.576	336.424	
Fornecedores	31.841			
Em 31 e dezembro de 2018				
Empréstimos	340.159	376.486	143.506	
Fornecedores	29.899			
Consolidado				
Em 31 e dezembro de 2019				
Empréstimos	177.567	135.124	364.857	
Débito com terceiros	300		330.833	220.555
Fornecedores	182.468			
Em 31 e dezembro de 2018				
Empréstimos	477.918	384.826	165.102	
Débito com terceiros	199	-	212.115	318.172
Fornecedores	193.972			

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

31.4. Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o patrimônio líquido.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, podem ser assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado
-	2019	2018	2019	2018
Total dos empréstimos (Nota 15) Menos - caixa e equivalentes de caixa	611.547	860.151	677.548	1.027.846
(Nota 4)	(286.994)	(162.779)	(301.525)	(201.542)
Menos – aplicações financeiras (Nota 5)	(129.581)	(485.622)	(213.158)	(659.939)
Dívida líquida (Ativos) financeiros líquidos	194.972	211.750	162.865	166.365
Total do patrimônio líquido (1)	1.473.053	1.347.520	1.473.053	1.347.520
Índice de alavancagem financeira - %	13,24	15,71	11,06	12,35
Menos - Créditos com empresas ligadas Dívida líguida com créditos empresas	(161.226)		<u>-</u> -	
ligadas	33.746	211.750	162.865	166.365
Índice de alavancagem financeira				
créditos com empresas ligadas - %	2,29	15,71	11,06	12,35
Débitos com terceiros (Nota 19)	-	-	551.688	530.486
Dívida líquida com débitos com terceiros	194.972	211.750	714.553	696.851
Índice de alavancagem financeira com				
débitos com terceiros - %	13,24	15,71_	48,51	51,71

⁽¹⁾ Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

31.5. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a perda por *Impairment*) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

> Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, dadas suas características de curto prazo, são próximas ao seu valor justo.

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, dadas suas características de curto prazo, são próximas ao seu valor justo.

	Notas		Controladora		Consolidado
		2019	2018	2019	2018
Ativos	-			•	,
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa	4	286.994	162.779	301.525	201.542
Aplicações financeiras	5	129.581	485.622	213.158	659.939
Contas a receber	6	130.696	105.269	381.822	449.321
Total	-	547.271	753.670	896.505	1.310.802
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos	15	(611.547)	(860.151)	(677.548)	(1.027.846)
Débito com terceiros	19	` <i>-</i>	-	(551.688)	(530.486)
Fornecedores	14	(31.841)	(29.899)	(182.468)	(213.051)
Energia elétrica	16	(101.890)	(92.564)	(174.180)	(181.562)
Outros passivos	-	`(11.722)	(12.602)	`(47.853 [°])	`(54.900)
Total	_	(757.000)	(995.216)	(1.633.737)	(2.007.845)

Instrumentos financeiros

"Swap"

Com objetivo de eliminar o risco cambial do dólar americano, em uma operação de empréstimo, em 31 de dezembro de 2019 foi realizada uma operação de "swap" para trocar o indexador para CDI e que para fins de melhor apresentação, está divulgada na rubrica "Empréstimos e Financiamentos", conforme nota explicativa nº 15:

								Controladora
								Valor justo
Tipo de	Data de	Data de		Taxa	Taxa	Ponta	Ponta	
investimento	início	vencimento	Nocional	ativa	passiva	ativa	passiva	R\$
Swap	29/03/2019	03/04/2023	109.172	USD	CDI	113.756	112.076	1.680

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

32. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018
Compras de ativo imobilizado	1.649	4.520	7.044	12 992

33. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2020, foram deliberadas e aprovadas as disposições do Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia. Em fato relevante de 31 de janeiro de 2020, a companhia divulgou ao mercado que a Vila Velha informou à Companhia que a celebração do Acordo de Acionistas se insere no contexto de término do processo de sucessão do Sr. Anibal do Vale como Diretor Presidente da Companhia, e condição de acionista investidor e futuro integrante da administração da Vila Velha.

Em 12 de fevereiro de 2020, a administração da Companhia aprovou o cancelamento de 3.862.569 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 790.504 ações ordinárias; (ii) 123.503 ações preferenciais classe "A"; e (iii) 2.948.562 ações preferenciais classe "B". Tal cancelamento, foi baseado no saldo de reservas de lucros e não implicou em alteração do valor de seu capital social.

Em consequência do cancelamento de ações, o capital social da Companhia possui a seguinte composição na data deste relatório: (i) 34.461.770 ações ordinárias, (ii) 2.688.537 ações preferenciais classe "A" e (iii) 60.667.865 ações preferenciais classe "B", que totalizam 97.818.172 ações.